Parque Estadual do Cocó: regulamentação, após 40 anos é uma conquista da sociedade cearense

Artur Bruno*

O Parque Estadual do Cocó está localizado em Fortaleza, Ceará, sendo uma das 29 Unidades de Conservação (UCs) estaduais. Sua poligonal, de 1.571 hectares, tem limite entre as cidades de Fortaleza e Maracanaú, no Anel Viário, até a foz do Rio Cocó, entre Sabiaguaba e a praia do Caça e Pesca, passando por 15 bairros da Capital. É o quarto maior parque natural urbano da América Latina e do Brasil, ficando atrás somente o Parque Estadual da Pedra Branca, no Rio de Janeiro (12.500ha); o Parque Estadual da Cantareira, em São Paulo (7.916ha) e o Parque Nacional da Tijuca, no Rio de Janeiro (3.958ha). O nome do Parque tem origem no rio que ultrapassa todo o limite do mesmo, o Cocó, o que explica a formação de matas ciliares, dunas e manguezais.

O governador do Ceará, Camilo Santana, que é engenheiro agrônomo, ambientalista e funcionário de carreira do Ibama, assinou, no dia 4 de junho de 2017, no anfiteatro do Parque, na abertura da Semana do Meio Ambiente daquele ano, a regulamentação definitiva da poligonal daquele equipamento. A regulamentação do Parque Estadual do Cocó é a concretização de um sonho de cerca de 40 anos, acalentado por gerações de ambientalistas e cidadãos fortalezenses. Foram várias e várias lutas, de diversos segmentos sociais organizados, até se conseguir a legalização. Na oportunidade, foram homenageadas 19 personalidades que contribuíram para a criação, desenvolvimento e regulamentação do Parque. Elas receberam a comenda "Amigo do Parque".

* Sócio Efetivo do Instituto do Ceará e Secretário do Meio Ambiente do Ceará

A importância do Parque para a capital cearense é inquestionável. Áreas vegetadas como o Cocó oferecem alívio ao sobreaquecimento do espaço urbano causado pela qualidade do asfalto, do concreto e de materiais de construção de capturar calor. No caso de Fortaleza, a importância é ainda maior por conta da condição do Estado, que possui mais de 90% do território localizado no semiárido nordestino. O ar embaixo da copa de uma árvore pode chegar a ser de 3º a 6º C mais frio do que quando comparado a um espaço aberto sem cobertura. O Parque é também uma área de mangue, que é um ecossistema extremamente importante, que inclui várias espécies de plantas e animais endêmicas, algumas ameaçadas de extinção, o que requer atenção especial para a realização de pesquisas sobre sua fauna e flora.

Um espaço público natural

No Parque Estadual do Cocó é possível percorrer trilhas de até 1.350 metros. Elas são interligadas e oferecem baixo nível de dificuldade, podendo ser percorridas por pessoas de todas as faixas etárias. O visitante pode optar em fazê-las a pé ou de bicicleta – quando permitido. Animais domésticos de pequeno porte, sempre com coleiras e guias, podem percorrer somente os calçadões. Para fazer o percurso completo a pé, leva-se em média uma hora e meia. A caminhada pode ser acompanhada por educadores ambientais da Secretaria do Meio Ambiente do Ceará (SEMA), com agendamento prévio. Há ainda uma equipe de policiais do Batalhão Policial Militar Ambiental (BPMA), que faz a segurança do local.

O passeio de barco pelo Rio Cocó tem duas versões. A mais curta dura 20 minutos, partindo do trapiche localizado na Av. Sebastião de Abreu até a ponte da Av. Engenheiro Santana Júnior. A mais longa, do trapiche até a foz, leva entre 1h30 a duas horas. Para a incursão pelo rio se tornar viável, é preciso ser dia de maré cheia. O rio varia o nível, em maré cheia, de dois a três metros. Sem a maré, a lâmina não passa de 30 centímetros. Por isso, é preciso ligar e marcar cada viagem.

As áreas para piqueniques ficam à sombra de árvores. Uma das áreas fica próxima ao complexo esportivo e a outra localiza-se no gramado, ao lado do Observatório do Batalhão da Polícia Militar Ambiental (BPMA),

na avenida Engenheiro Santana Jr. Em 2019, foi também incorporada ao Parque a área Adahil Barreto, que passou a ser gerida pelo Estado ao invés da Prefeitura de Fortaleza.

No anfiteatro, construído em 1989, concentram-se os eventos esportivos, culturais, de lazer e educação ambiental, destacando-se o projeto Viva o Parque – que ocorre nas manhãs de domingo – que contempla atividades com foco em educação ambiental. O complexo esportivo é constituído por campo de futebol (Areninha do Cocó), duas quadras de vôlei de areia, uma quadra de poliesportiva e um minicampo de golfe. Equipamentos de arvorismo constituídos por 12 estações e nove etapas, com estrutura de cordas, tirolesa, cabos de aço e madeira e muro de escalada constituem-se também em opção gratuita de diversão do Parque do Cocó.

Flora e fauna diversificadas

O Parque possui grande variedade de ecossistemas, dos quais se pode destacar: dunas, manguezais, caatinga, planícies litorâneas e planícies flúvio-marinhas. Em relação à flora, o Inventário Florestal Nacional identificou a predominância do mangue em 68% da área amostrada, seguido por 24% de corpos d'água e 8% como vegetação de restinga arbustiva. As espécies de mangue-branco, mangue-preto e mangue-vermelho são as que chamam maior atenção pela ocorrência na área, respondendo por mais de 90% dos indivíduos mensurados pela pesquisa.

Palco das interrelações entre diversas espécies naturais, o manguezal é um dos ecossistemas mais poderosos desenvolvidos pela natureza. Ele atua desde a produção de alimentos à regulação do clima, proporcionando ainda circunstância ideal para o desenvolvimento de diversos organismos que ali se reproduzem.

Em Fortaleza, o poder de um manguezal como o que forma o estuário do rio Cocó é grande. Pesquisa realizada pelo Serviço Florestal dos Estados Unidos, em 2011, comprovou que o ecossistema costeiro é capaz de armazenar até quatro vezes mais carbono que qualquer outra floresta no mundo, o que tem impacto direto na amenização do clima da região onde está localizado. Por outro lado, o manguezal é também um dos conjuntos naturais mais ameaçados em todo o planeta, com taxas de destruição

até cinco vezes maiores que a de outros ecossistemas importantes, como florestas e corais.

Símbolos do Parque do Cocó, os caranguejos se manifestam em diversas espécies na região, como aratu-vermelho, o guaiamum, o uçá e o chama-maré. Em meio ao rio, há exemplares variados de peixes, tais como bagre, pema, saúna, cará, bodó, dentre outros. Mamíferos, répteis e anfíbios também têm seus representantes no inventário faunístico. Salamandras, cobras – como a coral verdadeira, a jararaca e a jiboia –, além de iguanas, preás, guaxinins e raposas estão presentes no Parque. As aves, por sua vez, mostram suas diversidades de tamanhos e cores. Sibite-do-mangue, saracura, socó, canário-da-terra, anu, bem-te-vi, garça-branca pequena e o martim-pescador são algumas das espécies que habitam aquela área.

A regulamentação significa a preservação integral da área verde

A regulamentação do Parque é a adequação desta área verde como Unidade de Conservação de Proteção Integral, segundo o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC). A adequação indica que a área criada como Parque deve ser de posse e domínio público, dando a titularidade do terreno ao poder público, para fazer o controle e a proteção deste espaço.

Com a transformação em UC de proteção integral, o regime jurídico fica bem mais restritivo e protetivo, com previsão também na Lei de Crimes Ambientais e no seu Decreto regulamentador de nº 6514/2008.

O decreto possui uma subseção que estipula a dosimetria das Infrações Cometidas Exclusivamente em Unidades de Conservação. Toda essa previsão legal dará maior embasamento à atuação da gestão ambiental (SEMA), à atuação da fiscalização e monitoramento (Semace) e à atuação do Batalhão de Policiamento Ambiental.

Fortaleza precisa do Parque. A Organização Mundial de Saúde (OMS) recomenda o índice mínimo de 12m² de área verde por habitante na área urbana. Na capital, no entanto, a média está bem abaixo do preconizado. De acordo com a Secretaria Municipal de Urbanismo e Meio Ambiente (Seuma), em 2014 eram apenas 4m² de área verde por habitante. Já o

Mapeamento Arbóreo de Fortaleza, estudo elaborado pela Universidade Estadual do Ceará (Uece) e divulgado pela Prefeitura em dezembro de 2012, aponta que a Capital conta com 100, km² de área verde, o que representa cobertura de 32,43% do território.

Uma história de luta até a criação do Parque

A primeira área do rio Cocó a ser protegida, em 29 de março de 1977, quando declarada de utilidade pública para desapropriação (Decreto Nº 4.852), foi fruto de intensa mobilização social, que impediu a construção do que seria a sede do Banco do Nordeste do Brasil (BNB). As manifestações contrárias da Sociedade Cearense de Defesa da Cultura e do Meio Ambiente (SOCEMA) fizeram com que o projeto de construção do BNB fosse para o bairro Passaré. Em 11 de novembro de 1983, o decreto municipal número 5.754 deu a denominação de Parque Adahil Barreto – que hoje é uma das áreas do Parque – àqueles 10 hectares.

Em 5 de setembro de 1989, o decreto estadual número 20.253 criou o Parque Ecológico do Cocó, expandido em 8 de junho de 1993. No entanto, não houve a consolidação do Parque do ponto de vista legal, o que gerou diversas invasões em seu entorno.

Os dois decretos de desapropriação caducaram e a regularização fundiária não foi plenamente efetuada, o que veio a ocorrer somente em 2017. O Parque é considerado de grande importância tanto para a cidade, como para a biodiversidade protegida dentro de seus limites.

O projeto do governo estadual que efetivou a regulamentação foi democraticamente discutido com a sociedade através de diversas audiências, inclusive com o Fórum Permanente pela Regulamentação do Cocó, que reúne 25 entidades públicas e não governamentais. Desta forma, houve a concretização de um dos maiores parques naturais em áreas urbanas do mundo. O Parque do Cocó tem 1.571ha, superando outros parques famosos, como o Ibirapuera, em São Paulo (221ha), e o Central Park (341ha), em Nova York.

Os estudos realizados para subsidiar o decreto de criação do Parque Estadual do Cocó, de acordo com a legislação pertinente, que demandaram investimentos por parte do Estado e do Município, foram:

1. Diagnóstico Ambiental do baixo curso da bacia do rio Cocó;

2. Diagnóstico Socioambiental das ocupações inseridas na poligonal;

3. Materialização georreferenciada da poligonal que compreende o trecho entre a BR-116 e a foz do rio Cocó;

4. Levantamento topográfico para delimitação da poligonal compreendida entre o Quarto Anel Viário e a BR-116.

Os demais estudos foram realizados pelo Grupo de Trabalho (GT) do Rio Cocó, coordenado pela equipe técnica da SEMA, sem ônus para o Estado. O decreto Nº 4.340, de 22 de agosto de 2002, trata, em seu Art. 33, sobre a aplicação dos recursos da compensação ambiental, explícito em seu inciso IV a utilização deste recurso para realização de Estudos para criação de novas UCs, o que permitiu à SEMA utilizar este recurso, a partir da aprovação do projeto pela Câmara de Compensação Ambiental.

Concurso Nacional de Ideias: novos equipamentos para ocupar áreas degradadas

Além de definir o espaço, o governo estadual realizou um Concurso Nacional de Ideias para dotar o equipamento com estruturas que proporcionem condições para que a população desfrute ainda mais do Parque, mediante atividades de educação ambiental, lazer, esporte, estudo ou para contemplação. Estas intervenções estão sendo realizadas em 17 áreas já degradadas, de forma a não comprometer espaços adensados pela vegetação. Já foram inaugurados complexos poliesportivos na sede do Batalhão da Polícia Militar Ambiental (BPMA), no bairro da Aerolândia; no bairro do Tancredo Neves e, brevemente na avenida Raul Barbosa, no bairro São João do Tauape.

Estes espaços são instalados com campos de futebol com grama sintética (areninhas); quadras para futsal, basquete e vôlei; quadras de areia; academias ao ar livre e brinquedopraças – inclusive com equipamentos acessíveis –, além de estruturas como pistas de skate.

As melhorias já feitas no Parque

Muitos ainda não têm ideia de que o Parque agora atravessa vários bairros da capital. Para boa parte da população de Fortaleza, o Parque Estadual do Cocó reduz-se a um espaço localizado no final da avenida Padre Antônio Tomás, onde localiza-se o antigo anfiteatro. Este local, por si só, já sofreu diversas e positivas intervenções:

1. A construção do Espaço Cine Cocó, destinado prioritariamente a ações de educação ambiental.

2. Revitalização de equipamentos esportivos (quadra poliesportiva, quadras de vôlei de areia, mini-campo de golfe, campo de futebol - areninha);

3. Identificação em pedra cariri (nome científico e popular) das principais espécies da flora do Parque e inserção de dezenas de placas educativas e informativas no entorno do anfiteatro e trilhas.

4. Construção de calçadão (1,2km) destinado a práticas esportivas (caminhada e corrida) e construção de rampas de acessibilidade com piso tátil, com ampliação do sistema de iluminação.

5. Revitalização e manutenção constante de trilhas e pontes, além das calçadas das avenidas adjacentes.

6. Retomada dos passeios de barco no rio Cocó.

7. Criação de áreas de convivência (mesinhas e banquinhos) confeccionadas com árvores tombadas.

8. Aquisição de equipamentos de atividade física em parceria com Unimed Ceará e prefeitura municipal de Fortaleza merecendo destaque a academia ao ar livre, “Praça amiga da Criança”.

9. Retorno do Arvorismo.

10. Projeto “Viva o Parque”, que ocorre aos domingos com diversas atividades culturais, de lazer e de entretenimento.

11. Construção de um viveiro de mudas, em parceria com o SESC.

O Plano de Manejo

No início de novembro de 2020, a minuta do Plano de Manejo foi apresentada ao Conselho Gestor do Parque. De acordo com o SNUC, o plano de manejo é um documento técnico, obrigatório, fundamentado nos objetivos gerais da área protegida. Estabelece o zoneamento e as normas que devem nortear o uso e o manejo dos recursos naturais da mesma. O SNUC também define todos os critérios e normas para a criação, implantação e gestão das UCs em todo o território nacional.

A equipe de consultores da Arcadis Design & Cosultancy (Brasil), coordenou, no dia 3 de novembro de 2020, a "Oficina Virtual" de apresentação do plano de manejo do Parque Estadual do Cocó (PEC). O Plano teve ampla participação popular e a colaboração de várias entidades. Bruna Bianca Pasquini, da Arcadis, foi a apresentadora do encontro que contou com a participação de integrantes do Conselho Gestor do Parque, representantes do Fórum Permanente do Cocó, de diversas instituições dos setores público e privado, de técnicos da Coordenadoria de Biodiversidade (Cobio) e de outras áreas da SEMA, além de representantes de comunidades tradicionais que vivem na área e outras partes interessadas.

No Plano, a Zona de Preservação (ZP) funciona como matriz de reaproveitamento de outras zonas e é dedicada à proteção integral da biodiversidade dos ecossistemas. Já na Zona de Conservação (ZC) não é admitido o uso direto de qualquer natureza. O objetivo da ZC é a conservação do ambiente natural e, ao mesmo tempo, facilitar as atividades de pesquisa e educação ambiental. A Foz do Rio Cocó, na Sabiaguaba, está inserida nessa zona.

Há cinco programas que precisam ser implantados. O Zoneamento coloca as regras do território, mas os programas vão além do territorial, explicitando ações que precisam acontecer de forma urgente para que as pessoas possam ter a compreensão que o Parque é uma UC de Proteção Integral. Os programas são: de Uso Público; de Educação Ambiental; de Gestão Ambiental; de Gestão Institucional e o Programa de Monitoramento e Avaliação.

O Pacto pelo Cocó: o desafio de recuperar o rio

Foto aérea do Rio Cocó

Desde quando foi criada, na primeira gestão do governador Camilo Santana, em 2014, a SEMA preocupa-se em despoluir o rio Cocó. Foram realizadas ações para recuperar o rio, da nascente até a foz. A navegabilidade do Cocó já foi restabelecida em vários trechos, inclusive com a restauração do passeio de barco entre as avenidas Sebastião de Abreu e Engenheiro Santana Júnior, num processo de limpeza, feito em parceria com a Secretaria de Infraestrutura do Município de Fortaleza (Seinf) que já retirou milhares de toneladas de resíduos sólidos do rio.

A limpeza foi inclusive escolhida como um dos dois melhores projetos ambientais de órgãos públicos do país, no Prêmio Nacional da Biodiversidade, do Instituto Chico Mendes, braço do Ministério do Meio Ambiente, em 2017. Porém, este foi só o pontapé inicial do processo.

Agora, é preciso ir adiante e recuperar o principal manancial de Fortaleza. Não é tarefa simples. Ao receber as águas do riacho Timbó, o Cocó já é impactado por grande quantidade de resíduos industriais e domésticos em Maracanaú.

No Jangurussu, sofre desgaste por conta do resquício do aterro sanitário que funcionou ali entre 1977 e 1998. Há ainda outros desafios a enfrentar, tais como desmatamentos, ocupações irregulares, queimadas, incêndios florestais, despejo de lixo, plantas invasoras, animais domésticos competindo com fauna silvestre, além do furto das cercas de proteção no entorno deste recurso hídrico.

Por isso, a SEMA está articulando o Pacto pelo Cocó, uma proposta ousada de buscar proteger e recuperar o rio Cocó desde as nascentes até a sua foz. Sozinha, a Secretaria do Meio Ambiente do Ceará (SEMA) não terá êxito. Só com envolvimento múltiplo, articulando as esferas do Poder Público e a sociedade civil, será possível sonhar e viver o sonho. Esse esforço requer o engajamento voluntário de diversas entidades, tendo à frente o Governo do Estado. O objetivo é recuperar o Cocó, aumentando a navegabilidade e buscando parâmetros recomendáveis de balneabilidade.

O Pacto pelo Cocó evidencia a urgência dada pelo Estado à causa, vislumbrando, assim, a gestão sustentável dos recursos naturais existentes. Um rio tão significativo e cheio de vida precisa e merece ser tratado de forma a valorizar ainda mais o nosso meio ambiente. E somente a intensa mobilização da sociedade, em seus mais amplos setores, poderá dar cabo a esta árdua tarefa. Afinal, este não é um projeto de um governo, mas de Estado.

No dia 4 de novembro de 2020, Bruna Pasquini, da equipe de consultores da Arcadis Design & Cosultancy (Brasil), empresa responsável pela elaboração da agenda de ações do Pacto, realizou uma oficina virtual para a apresentação do trabalho – com mais de 90 páginas – para o Conselho Gestor do Parque e demais interessados. Segundo ela, trata-se de um processo participativo, um pacto entre todas as instituições do poder público, setor privado e sociedade civil, atuante e residente no território do rio

Na nossa ótica, muitos rios já foram recuperados e é possível fazer o mesmo com o Cocó. O Parque depende da saúde do rio e todos devemos acreditar que um dia ele voltará a ser saudável. É um desafio para a nossa geração e um legado para as gerações futuras.

Inicialmente, Bruna apresentou a linha do tempo dos trabalhos iniciados em janeiro de 2020, que resultou no documento denominado Resumo Executivo, com o Diagnóstico da Bacia Hidrográfica do Rio e apresenta toda a estrutura da Agenda de Ações Estratégicas para o Pacto pelo Cocó. É um passo inicial e vai demandar um esforço do Governo do Estado para colocar as ações previstas, em nome da revitalização do rio.

A agenda, denominada por Bruna de "Cardápio de Ações", indica sete temas propositivos e cada um trazendo uma série de ações. O documento

servirá de base argumentativa para angariar fundos e agregar esforços para a execução dessa agenda, estabelecendo uma sólida governança visando construir a articulação entre instituições para a implementação e monitoramento do que está sendo proposto.

Os sete temas, pensados para serem colocados em prática, são:

1. Estruturação da iniciativa Pacto pelo Cocó;
2. Mobilização Social para a revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio Cocó;
3. Gestão dos Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica do Rio Cocó;
4. Gestão do esgotamento Sanitário dos Municípios da Bacia Hidrográfica do Rio Cocó;
5. Gestão dos Resíduos Sólidos nos Municípios da Bacia Hidrográfica do Rio Cocó;
6. Ordenamento Territorial na Bacia Hidrográfica do Rio Cocó;
7. Gestão das Atividades Potencialmente Poluidoras.

Necessário também enfrentar os seguintes desafios:

- *Garantir a articulação interinstitucional e legal para a efetivação do Pacto pelo Cocó, de acordo com os seus objetivos;*
- *Estabelecer instrumentos políticos e jurídicos para implementação do Pacto pelo Cocó;*
- *Implementar saneamento básico ao longo de toda bacia hidrográfica do Rio Cocó, objetivando evitar o lançamento de efluentes industriais e domésticos, bem como a deposição de resíduos sólidos, garantindo padrões adequados de balneabilidade e navegabilidade;*
- *Viabilizar metodologias efetivas de fiscalização e monitoramento ambiental ao longo do curso do Rio;*
- *Proibir ocupações irregulares em Unidades de Conservação e Áreas de Preservação Permanente;*

- *Recuperar áreas degradadas inseridas na bacia hidrográfica do Rio, ampliando sua cobertura vegetal nativa;*
- *Criar programas de educação ambiental, ecoturismo e atividades de esporte e lazer.*

A importância do rio Cocó

O Rio Cocó nasce na Serra da Aratanha e deságua no Oceano Atlântico, entre as praias do Caça e Pesca e da Sabiaguaba, em Fortaleza. Seu canal principal tem comprimento total aproximado de 50 km ao longo dos municípios de Pacatuba, Maracanaú, Itaitinga e Fortaleza.

O rio recebe outros nomes ao longo do seu curso. Nas suas nascentes vem a se transformar na Lagoa do Boaçu, que na base da Serra da Aratanha passa a ser denominado riacho Pacatuba, e mais à jusante, se torna riacho Gavião. Só quando este recurso hídrico adentra em Fortaleza, na confluência dos limites de Pacatuba, Maracanaú, Itaitinga, o riacho recebe a denominação de Rio Cocó, onde demarca o início do Parque Estadual do Cocó.

A Bacia Hidrográfica do Rio Cocó é responsável por drenar aproximadamente 517km² de água, abrangendo parte dos municípios de Pacatuba (169km²), Maracanaú (55,4km²) e Aquiraz (76,3km²). Em Fortaleza, a área total da bacia do Rio Cocó é de 216km², representando 63,5% da distribuição total do município, sendo considerada, portanto, a bacia hidrográfica mais importante da capital.

O Rio Cocó e seus ecossistemas associados, tais como manguezais e ambientes dunares, desempenham serviços ecossistêmicos imprescindíveis ao meio ambiente, como por exemplo:

- Melhoria da qualidade do ar;
- Abrigo de fauna, especialmente os manguezais, “habitat crítico”, na forma de berçário para moluscos, crustáceos e peixes;
- Fonte de subsistência para populações ribeirinhas;
- Amenização, por parte dos manguezais, da erosão costeira;
- Atividades de lazer, recreação e educação ambiental;
- Manutenção do ciclo hidrológico da água.

Quais os objetivos do Pacto pelo Cocó?

O "Pacto pelo Cocó" objetiva implementar medidas para recuperação do sistema fluvial do rio Cocó, ao longo de toda sua extensão, promovendo a restauração da navegabilidade, adequação aos parâmetros recomendáveis para alcançar a balneabilidade, bem como a manutenção de suas funções ecológicas e conservação de sua biodiversidade associada. Para isso, é necessária uma atuação ampla e interinstitucional, com atividades enquadradas nos seguintes **eixos temáticos**:

1. Navegabilidade e Balneabilidade

1.1. Promoção da navegabilidade (nos trechos mais perenes) e balneabilidade em toda a extensão do Rio Cocó através da limpeza de suas águas.

1.2. Ofertar saneamento básico às comunidades desprovidas.

2. Conservação da Biodiversidade

2.1 Criação de área(s) protegida(s) na Bacia hidrográfica ou corredor ecológico interligando as nascentes (APA da Serra da Aratanha) à foz (Parque Estadual do Cocó).

2.2 A proteção de Áreas de Preservação Permanente e de inúmeras espécies emblemáticas como o caranguejo guaiamum, cavalos-marinhos, raposas, guaxinins e aves migratórias.

3. Educação Ambiental

3.1 Ampliar as áreas utilizadas ao longo do percurso do rio para atividades de educação ambiental, como passeio de barco e trilhas guiadas.

3.2 Disseminar a importância da manutenção do rio, ecossistemas associados e sua biodiversidade para instituições de ensino e comunidades de seu entorno.

4. Monitoramento e Fiscalização Ambiental

4.1 Realizar, sistematicamente, procedimentos de monitoramento e fiscalização ambiental de parâmetros bióticos e abióticos.

5. Ecoturismo

5.1 Estruturar programas de visitação ecológica, ressaltando a convivência com a flora e a fauna locais, evidenciando a necessidade de harmonização na relação entre homem e natureza.

6. Esporte e Lazer

6.1 Implementar equipamentos e atividades que proporcionem o uso pela população e consolidar o sentimento de pertencimento e inclusão na responsabilidade pela proteção do rio.

7. Reflorestamento das Matas Ciliares

7.1 Promover a recuperação das matas ciliares nas margens degradadas do rio ao longo de sua extensão, preservando a vegetação original.

8. Empoderamento Popular

8.1 Envolver as comunidades do entorno do rio como guardiãs ambientais de seus territórios, especialmente as comunidades tradicionais.

Recuperar o rio para preservar o Parque

Enfim, para que a bacia do rio Cocó seja efetivamente protegida e para que os danos ambientais na área sejam cessados ou mitigados, faz-se necessária uma articulação entre os diversos órgãos de governo e da sociedade civil, atuantes direta e indiretamente na temática. O Pacto pelo Cocó evidencia a urgência de recuperação deste recurso hídrico, colocando a questão como uma das prioridades do Governo do Estado do Ceará e o quanto é imprescindível a participação de todos no processo.

A regulamentação do Parque Estadual é uma conquista ambiental histórica e inquestionável, mas a vitória completa da sociedade – e a própria longevidade da Unidade de Conservação – depende do trabalho de recuperação do rio Cocó. É a próxima tarefa a ser abraçada e cada um de nós tem a sua parcela de responsabilidade neste processo.

***